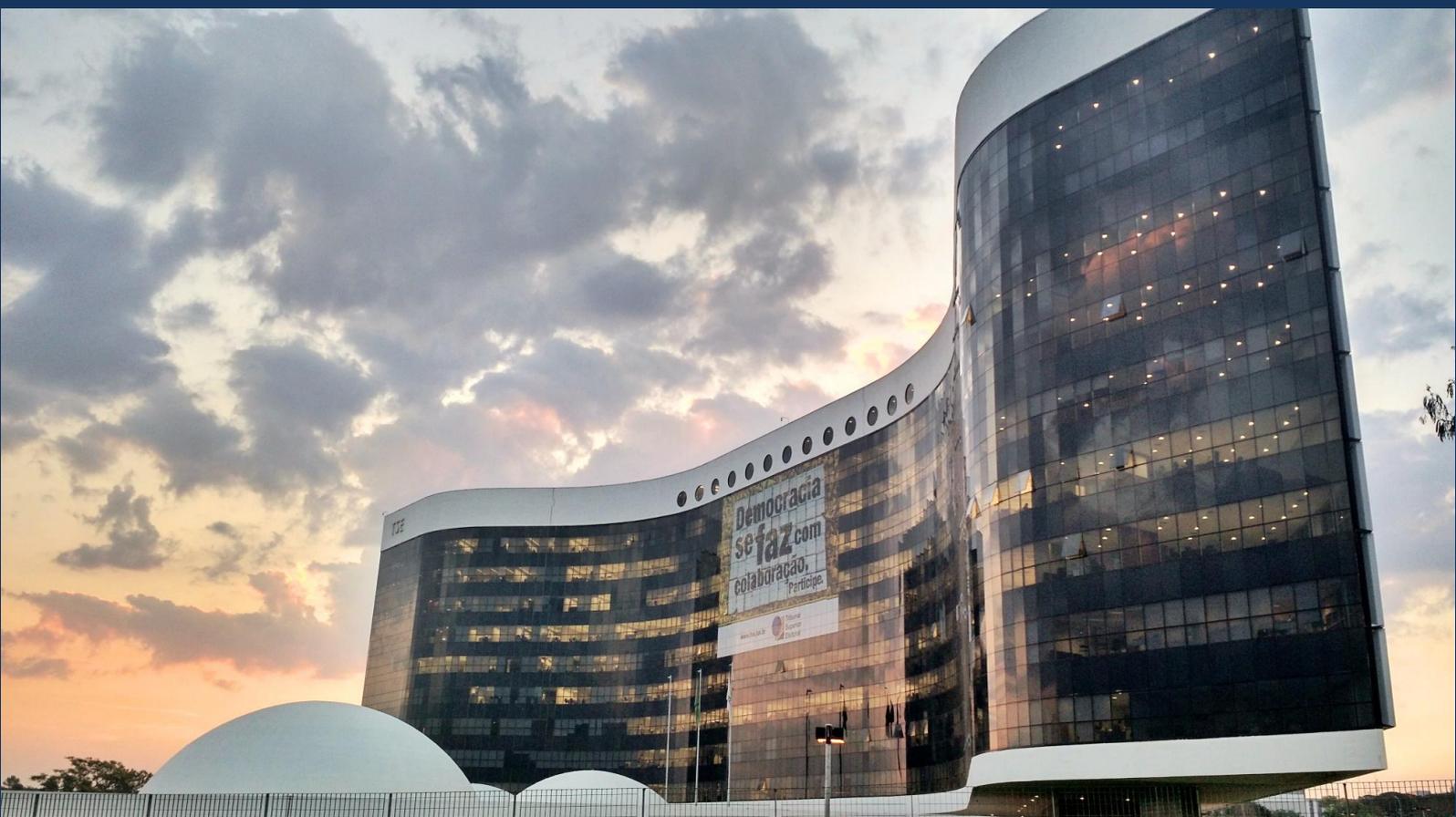


# Tribunal Superior Eleitoral – TSE



## Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

2020

Setor de Administração Federal Sul (SAFS)  
Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF - 70070-600  
Tel.:(61) 3030-7000

## **Demonstrações contábeis**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão da Administração Direta Federal, representante máximo da Justiça Eleitoral, com domicílio na capital federal, exercer o papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira. Suas principais competências estão fixadas pela constituição Federal e pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965).

As demonstrações contábeis do TSE foram elaboradas em consonância aos dispositivos das Leis nºs 4.320/1964 e 10.180/2001, dos Decretos nºs 93.872/1986 e 6.976/2009, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP) e às orientações contidas no *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)* – 8ª edição.

A análise e a elaboração das demonstrações contábeis desenvolvem-se como técnica contábil e estão em constante evolução e contínua convergência aos padrões legais e internacionais de qualidade da informação. Pois, como ciência, a Contabilidade está diretamente relacionada aos mecanismos de registro dos atos e fatos de gestão e análise das demais informações geradas. Dessa forma, cumpre a Contabilidade o seu propósito quando serve de base tanto para avaliação da efetividade da administração e da gestão dos recursos como para o fornecimento de dados relevantes e tempestivos na correta apresentação do patrimônio e análise das causas de suas mutações. Desse modo, funciona como instrumento de informação e transparência capaz de satisfazer os usuários no objetivo do processo de gestão, tomada de decisão e prestação de contas.

Quanto à prestação de contas, a Contabilidade aplicada ao setor público alcança o conceito de *accountability* – prestação de contas e responsabilização daqueles que administram o patrimônio público. Nesse contexto, no âmbito da administração pública, as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, têm se tornado cada vez mais relevantes, ganhando espaço tanto para tomada de decisões pelos gestores como para fins de controle pelos órgãos e pela sociedade. Por isso, a prestação de contas deve ser periódica, clara, objetiva e neutra, evidenciando a realidade do patrimônio público gerido, de modo a resultar em demonstrações contábeis e notas explicativas íntegras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes.

As demonstrações contábeis e notas explicativas do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral estão disponíveis no portal do TSE e podem ser consultadas no endereço eletrônico <https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contas-publicas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>.

O Tribunal Superior Eleitoral exerce o papel de Setorial Contábil do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral, nos termos da Lei nº 10.180/2001. Dessa forma, é responsável pelo acompanhamento e pela orientação da gestão contábil referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da JE de modo a garantir qualidade, padronização, fidedignidade e transparência das informações contábeis.

A Setorial Contábil do TSE é responsável pelas seguintes unidades gestoras:

### **Tabela 1 – Unidades Gestoras do TSE**

Unidade Gestora
070001 - Secretaria de Administração - TSE
070026 - Secretaria de Orçamento e Finanças - TSE
070058 - Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos

Fonte: SIAFI

Para o desempenho de suas atividades, a estrutura da Contabilidade do TSE conta com oito servidores, sendo quatro integrantes da Seção de Contabilidade Analítica (Seconta/Cofic/SOF) e quatro da Seção de Contabilidade Gerencial (Seconge/Cofic/SOF), ambas subordinadas à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (Cofic/SOF) da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF). A contadora responsável é a servidora Lucinei de Oliveira Pereira, atua como titular desde 2008, tendo como substituto, desde 2017, o servidor Moabe Allan Teixeira do Nascimento. Ambos são analistas judiciários – especialidade Contabilidade.

No rol de atribuições da Contabilidade do TSE, incluem-se:

- orientar e acompanhar as unidades administrativas vinculadas quanto às operações de contabilidade financeira, orçamentária e patrimonial, inclusive os processos relacionados à abertura e ao encerramento do exercício;

- propor e apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, no avanço e aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis;
- analisar e avaliar a consistência das demonstrações contábeis do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral, solicitando providências quanto às regularizações de impropriedades detectadas nos registros contábeis;
- elaborar e publicar as notas explicativas referentes às demonstrações contábeis;
- efetuar ajustes contábeis, quando necessários, preservando a integralidade e a tempestividade da informação contábil;
- conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e almoxarifado do TSE;
- realizar a conformidade contábil das unidades gestoras do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral e acompanhar a conformidade de registro de gestão; e
- manter e disponibilizar na internet as informações atualizadas sobre o rol de responsáveis do TSE.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar integridade, fidedignidade e confiabilidade nas informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que é o sistema em que são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis exigidas para o TSE são as seguintes:

Balanço Financeiro – evidencia receitas e despesas orçamentárias, bem como ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;

Balanço Orçamentário – traz o orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista *versus* a arrecadada e a despesa autorizada *versus* a executada;

Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do órgão;

Demonstração do Fluxo de Caixa – divulga as entradas e as saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento;

Demonstração das Variações Patrimoniais – apura o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

#### **Nota de atualização da rotina de procedimentos contábeis**

Para atender à determinação do Órgão Central de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o TSE, ainda no exercício de 2020, elaborou o novo Sistema de Amortização do Ativo Intangível a ser adotado por toda a Justiça Eleitoral. O sistema já está em funcionamento e pronto para receber o cadastro de todos os ativos intangíveis. Foram elaboradas orientações gerais para a sua correta utilização.

## **Declaração da contadora**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Tribunal Superior Eleitoral. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na *Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil* presente no Manual Siafi.

As demonstrações contábeis – balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração de fluxo de caixa, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020 – estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, o Manual Siafi e as demais normas aplicáveis.

*Brasília/DF, 9 de fevereiro de 2021*

*Lucinei de Oliveira Pereira CRC nº 008510/O-0*

*Contadora responsável*

## Demonstrações contábeis

### Balanco Patrimonial

R\$ Milhões

ATIVO			PASSIVO				
NE	2020	2019	NE	2020	2019		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
	1.631,47	1.029,41		47,19	19,81		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1.582,62	1.014,44	Obrig. Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a CP	7	20,29	8,30
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	39,77	6,82	Fornecedores e Contas a Pagar a CP		4,17	2,95
Estoques	3	9,02	8,11	Demais Obrigações a Curto Prazo	8	22,73	8,56
VPDs Pagas Antecipadamente		0,05	0,03				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
	675,34	608,35		-	-		
Imobilizado	4	464,09	461,17	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		47,19	19,81
Bens Móveis		67,10	65,45				
Bens Móveis		167,18	156,40				
(-) Depreciação/Amortização Acum. de Bens Móveis	5	-100,08	-90,96	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Bens Imóveis		396,99	395,73	<b>Resultados Acumulados</b>		2.259,61	1.617,95
Bens Imóveis		468,86	469,48	Resultado do Exercício		640,85	-71,04
(-) Depr./Amortização Acum. de Bens Imóveis	5	-71,87	-73,75	Resultados de Exercícios Anteriores		1.617,95	1.689,81
<b>Intangível</b>	6	211,25	147,17	Ajustes de Exercícios Anteriores		0,82	-0,83
Softwares		211,25	147,17	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		2.259,61	1.617,95
Softwares		211,25	147,17				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		2.306,80	1.637,76	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		2.306,80	1.637,76

### Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

R\$ Milhões

ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	1.582,62	1.014,44	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	696,25	60,18
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	724,19	623,32	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	40,06	16,91
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	1.570,49	1.560,67

### Quadro de Compensações

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos	NE	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos	NE	2020	2019
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS</b>		258,53	242,46	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS</b>		1.050,84	573,12
<b>ATIVOS</b>				<b>PASSIVOS</b>			
Execução dos Atos Potenciais		258,53	242,46	Execução dos Atos Potenciais		1.050,84	573,12
Ativos				Passivos			
Garantias e Contragarantias		258,53	230,26	Obrigações Conveniadas e		34,51	1,83
Recebidas a Executar				Outros Instrum Congêneres a Liberar			
Direitos Conveniados e Outros		0,00	12,20	Obrigações Contratuais a	9	1.016,33	571,28
Executar				Executar			
<b>TOTAL</b>		258,53	242,46	<b>TOTAL</b>		1.050,84	573,12

### Demonstrativo do Superávit/Déficit financeiro

R\$ Milhões

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	803,80
<b>Recursos Vinculados</b>	82,56
Seguridade Social (Exceto Previdência)	6,42
Previdência Social (RPPS)	32,05
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	44,10
<b>TOTAL</b>	886,37

## Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ Milhões

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>	<b>NE</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>17.011,18</b>	<b>9.582,72</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>0,56</b>	<b>0,60</b>
Juros e Encargos de Mora		0,56	0,60
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>14.764,33</b>	<b>9.491,46</b>
Transferências Intragovernamentais	10	14.755,77	9.490,94
Outras Transferências e Delegações Recebidas		8,56	0,52
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>2.176,23</b>	<b>61,70</b>
Ganhos com Incorporação de Ativos	11	138,80	60,94
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12	2.037,43	0,76
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>70,06</b>	<b>28,97</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		70,06	28,97
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>16.370,33</b>	<b>9.653,76</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>268,57</b>	<b>256,40</b>
Remuneração a Pessoal		216,42	208,40
Encargos Patronais		39,65	33,41
Benefícios a Pessoal		11,45	13,00
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1,06	1,59
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>68,30</b>	<b>65,27</b>
Aposentadorias e Reformas		50,18	49,10
Pensões		16,78	16,16
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1,34	0,02
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>249,93</b>	<b>287,59</b>
Uso de Material de Consumo		1,44	1,48
Serviços		226,32	232,58
Depreciação, Amortização e Exaustão		22,18	53,53
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>0,01</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Mora		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>13.617,24</b>	<b>8.973,72</b>
Transferências Intragovernamentais	13	10.619,05	8.045,78
Transferências a Instituições Privadas	14	2.993,97	927,75
Outras Transferências e Delegações Concedidas	15	4,21	0,19
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>2.165,20</b>	<b>69,52</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		0,01	-
Perdas Involuntárias		0,02	1,63
Incorporação de Passivos	16	2.062,84	9,30
Desincorporação de Ativos		102,32	58,59
<b>Tributárias</b>		<b>0,03</b>	<b>0,03</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	0,01
Contribuições		0,02	0,02
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>1,05</b>	<b>1,22</b>
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1,05	1,22
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>640,85</b>	<b>-71,04</b>

## Balço Financeiro

				R\$ Milhões					
INGRESSOS		NE	2020	2019	DISPÊNDIOS		NE	2020	2019
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>17</b>	<b>89,00</b>	<b>72,71</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>4.277,32</b>		<b>1.512,85</b>	
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>		<b>2.274,22</b>		<b>1.347,94</b>	
<b>Vinculadas</b>		<b>89,18</b>	<b>72,97</b>	<b>Vinculadas</b>		<b>2.003,10</b>		<b>164,91</b>	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		89,08	72,97	Seguridade Social (Exceto Previdência)		16,53			
Recursos a Classificar		0,09	-	Previdência Social (RPPS)		66,88		59,60	
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		<b>(0,18)</b>	<b>(0,26)</b>	Dívida Pública		1.765,20		-	
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		154,50		105,31	
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>10</b>	<b>14.755,77</b>	<b>9.490,94</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>10.619,05</b>		<b>8.045,25</b>	
Resultantes da Execução Orçamentária		14.674,48	9.469,77	Resultantes da Execução Orçamentária		10.442,93		7.907,74	
Cota Recebida		9.005,91	7.984,92	Repasse Concedido		35,52		3,92	
Repasse Recebido		2.036,93	8,55	Sub-repasse Concedido		10.404,59		7.821,20	
Sub-repasse Recebido		3.631,64	1.474,24	Cota Devolvida		2,82		81,83	
Sub-repasse Devolvido		-	2,06	Sub-repasse Devolvido		-		0,79	
Independentes da Execução Orçamentária		81,29	21,17	Independentes da Execução Orçamentária		176,12		137,51	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		30,40	17,93	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		54,55		104,71	
Demais Transferências Recebidas		0,37	0,24	Demais Transferências Concedidas		0,37		0,24	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		50,51	3,00	Movimento de Saldos Patrimoniais		121,20		32,57	
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>687,42</b>	<b>63,13</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		<b>67,64</b>		<b>94,96</b>	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		0,41	2,74	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		0,80		0,93	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		686,56	57,34	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		48,00		47,31	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,45	3,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,45		3,05	
				Outros Pagamentos Extraorçamentários		18,39		43,67	
				Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		18,39		43,15	
				Demais Pagamentos		-		0,52	
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>1.014,44</b>	<b>1.040,72</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>1.582,62</b>		<b>1.014,44</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.014,44	1.040,72	Caixa e Equivalentes de Caixa		1.582,62		1.014,44	
<b>TOTAL</b>		<b>16.546,63</b>	<b>10.667,50</b>	<b>TOTAL</b>		<b>16.546,63</b>		<b>10.667,50</b>	

**Demonstração do Fluxo de Caixa**

R\$ Milhões

	NE	2020	2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		<b>643,82</b>	<b>-2,73</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>14.845,21</b>	<b>9.566,70</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>		<b>89,00</b>	<b>72,70</b>
Receita Tributária		-	-
Receita Patrimonial		-	-
Receita de Serviços		-	1,69
Outras Receitas Derivadas e Originárias		89,00	71,01
<b>Outros Ingressos das Operações</b>		<b>14.756,22</b>	<b>9.493,99</b>
Ingressos Extraorçamentários		0,45	3,05
Transferências Financeiras Recebidas	<b>10</b>	14.755,77	9.490,94
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-14.201,39</b>	<b>-9.569,43</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-532,21</b>	<b>-518,19</b>
Legislativo		-	-
Judiciário		-463,18	-452,85
Administração		-1,98	-
Previdência Social		-67,05	-65,34
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-3.031,29</b>	<b>-959,26</b>
Intragovernamentais		-37,32	-31,51
Outras Transferências Concedidas	<b>14</b>	-2.993,97	-927,75
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		<b>-10.637,89</b>	<b>-8.091,97</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-0,45	-3,05
Transferências Financeiras Concedidas	<b>13</b>	-10.619,05	-8.045,25
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-18,39	-43,15
Demais Pagamentos		-	-0,52
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-75,65</b>	<b>-23,55</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-75,65</b>	<b>-23,55</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>		<b>-11,63</b>	<b>-19,62</b>
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>		<b>-64,02</b>	<b>-3,94</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>568,18</b>	<b>-26,28</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>1.014,44</b>	<b>1.040,72</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>1</b>	<b>1.582,62</b>	<b>1.014,44</b>

**Balanco Orçamentário - Receitas**

R\$ Milhões

RECIBTA					
RECIBTAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECIBTAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECIBTAS CORRENTES</b>		117,45	117,45	89,00	-28,45
<b>Receitas de Serviços</b>		0,04	0,04	0,00	-0,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		0,04	0,04	0,00	-0,04
<b>Outras Receitas Correntes</b>	17	117,41	117,41	89,00	-28,41
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		117,41	117,41	88,98	-28,43
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,02	0,02
<b>SUBTOTAL DE RECIBTAS</b>		117,45	117,45	89,00	-28,45
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		117,45	117,45	89,00	-28,45
<b>DEFCIT</b>	18	0,00	0,00	4.188,32	4.188,32
<b>TOTAL</b>		117,45	117,45	4.277,32	4.159,88

**Balanco Orçamentário - Despesas**

R\$ Milhões

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		2.762,32	2.293,30	3.597,51	3.532,17	3.531,79	-1.304,21
Pessoal e Encargos Sociais	19	758,91	620,36	334,22	314,91	314,91	286,14
Outras Despesas Correntes	20	2.003,41	1.672,94	3.263,29	3.217,26	3.216,87	-1.590,35
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		319,35	682,10	679,81	58,59	58,56	2,29
Investimentos	21	319,35	682,10	679,81	58,59	58,56	2,29
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		1,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		3.082,76	2.975,40	4.277,32	3.590,76	3.590,35	-1.301,92
<b>SUBTOTAL COM</b>		3.082,76	2.975,40	4.277,32	3.590,76	3.590,35	-1.301,92
<b>TOTAL</b>		3.082,76	2.975,40	4.277,32	3.590,76	3.590,35	-1.301,92

**Balanco Orçamentário - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados**

R\$ Milhões

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		-	40,15	31,20	30,92	2,01	7,22
Pessoal e Encargos Sociais		-	1,17	0,51	0,51	0,67	-
Outras Despesas Correntes		-	38,97	30,69	30,42	1,34	7,22
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		-	17,19	17,10	17,08	0,09	0,03
Investimentos		-	17,19	17,10	17,08	0,09	0,03
<b>TOTAL</b>	22	-	57,34	48,30	48,00	2,09	7,25

**Balanco Orçamentário - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados**

R\$ Milhões

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		0,06	2,74	0,79	0,01	1,99
Outras Despesas Correntes		0,06	2,74	0,79	0,01	1,99
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		0,03	0,01	0,01	-	0,03
Investimentos		0,03	0,01	0,01	-	0,03
<b>TOTAL</b>		0,09	2,75	0,80	0,01	2,02

## Notas explicativas

**1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** – segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), esta conta compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo histórico e, quando aplicável, acrescido dos rendimentos até a data das demonstrações contábeis. É composta, principalmente, pelo saldo na Conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, a qual traz as disponibilidades de recursos recebidos de cotas financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) referentes às dotações aprovadas na LOA/2020 e de recursos para pagamento dos Restos a Pagar.

O valor mais representativo para a Conta Caixa e Equivalente de Caixa é o apresentado pela Conta Limite de Saque, que encerrou o exercício de 2020 com o saldo de R\$47,7 milhões na UG 070001 – Secretaria de Administração do TSE e de R\$1,5 bilhão composto por recursos da Setorial Financeira do TSE – UG 070026, que é responsável pela administração dos recursos a serem distribuídos para atender a toda a JE conforme a Lei nº 10.180/2001. Cabe observar que o Fundo Partidário teve uma redução de 99,88% entre os exercícios de 2019 e 2020, encerrando 2020 com saldo remanescente de apenas R\$9.416,89.

**Tabela 2 – Saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS**

Unidade Gestora	R\$ Milhões Saldo em 31/12/2020
070001 - Secretaria de Administração - TSE	47,69
070026 - Secretaria de Orçamento e Finanças - TSE	1.534,92
070058 - Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos	0,01
<b>Total</b>	<b>1.582,62</b>

Fonte: SIAFI

O saldo final para o caixa do TSE detalhado por fontes de recursos pode ser visualizado no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar disponível no portal do TSE, no endereço eletrônico <https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contas-publicas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-do-tse-2020>.

**2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO** – os demais créditos e valores a curto prazo compreendem os valores a receber por transações realizáveis no exercício corrente ou direitos a curto prazo referentes a transferências ou adiantamentos realizados e ainda não comprovados de serviços prestados ou recursos aplicados por terceiros. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. No Balanço Patrimonial consolidado do TSE, o item Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, com saldo de R\$39,77 milhões entre os exercícios de 2019 a 2020, é explicado, principalmente, pelo registro de valores relativos a adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências por Termo de Execução Descentralizada (TED), na condição de “a comprovar” no encerramento do exercício de 2020.

Dentre os recursos financeiros descentralizados, há, para a UG 070001, os TEDs nºs 15/2019 e 35/2019, ambos somando o montante de R\$3.097.311,98, referentes a recursos financeiros descentralizados na condição de “a comprovar”, representando um direito do TSE enquanto perdurar a condição de não comprovação da aplicação do adiantamento efetuado dos recursos descentralizados.

O TED nº 15/2019 refere-se à parceria do TSE com a Fundação Universidade de Brasília (FUB) para desenvolvimento e implementação de metodologia de dimensionamento da força de trabalho para a JE. O objetivo dessa ação foi o de melhorar a capacidade de governança corporativa do TSE, tendo em vista a necessidade apontada por auditoria do TCU (Acórdão nº 2.699/2018 TCU-Plenário), restando o saldo “a comprovar” no valor de R\$819.461,98 ao final do exercício de 2020.

O TED nº 35/2019 refere-se à contratação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para a aquisição e fornecimento do Módulo de Segurança Criptográfica (MSC), visando à autenticação e ao sigilo da autoridade certificadora das urnas eletrônicas. A justificativa para essa aquisição é que seja possível ao TSE implantar uma infraestrutura de chaves públicas em conformidade com a ICP-BRASIL. O ITI é a única entidade do Brasil responsável por manter uma infraestrutura oficial de chaves públicas. O valor na condição de “a comprovar” dos recursos descentralizados à

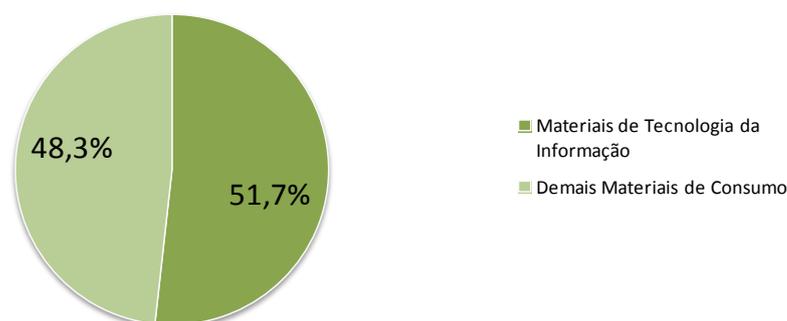
entidade, referentes a esse TED, é de R\$2.277.850,00, que estão diretamente relacionados à atividade-fim do TSE em prover segurança e confiabilidade às eleições do Brasil.

Quanto à UG 070026, o saldo de R\$35.723.066,62 na Conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, refere-se a valor a comprovar do TED firmado entre o TSE e o Ministério da Defesa para ações de apoio logístico e de Garantia da Votação e Apuração (GVA), ambas prestadas pelas Forças Armadas, conforme art. 23, *caput*, inciso XIV, do Código Eleitoral, nas localidades indicadas pelo TSE, de acordo com as especificações técnicas e os objetivos constantes do plano de trabalho firmado entre as partes.

**3 – ESTOQUES** – para o TSE, essa conta compreende o valor dos bens adquiridos com a finalidade de utilização própria no curso normal das atividades, inclusive a distribuição no âmbito da JE. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964.

Do valor total de R\$9 milhões, R\$4,66 milhões referem-se a materiais de consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sendo que, desses materiais de TIC, R\$3,94 milhões correspondem à reserva técnica de suprimentos de urnas eletrônicas para atender a demanda dos TREs. Ademais, outras duas contas relevantes para Estoques são a de Materiais de Expediente, com R\$1,09 milhão, e a de Materiais de Proteção e Segurança, com R\$1,47 milhão. Destaca-se, para esta última, um aumento significativo no ano de 2020, com a aquisição de lacres para urnas eletrônicas e envelopes com lacres para as eleições. Além disso, houve compra de materiais e adoção de medidas de proteção pessoal para o combate à pandemia da Covid-19, a exemplo da compra de máscaras, luvas, álcool em gel, óculos de proteção individual.

**Gráfico 1 - Composição do Estoque - 2020**



**4 – IMOBILIZADO** – conforme PCASP, o Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela benefícios, riscos e controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis, reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

No TSE, os bens móveis são registrados no Sistema de Patrimônio Asiweb e os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial(SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME).

Em 31 de dezembro de 2020, o TSE apresentou o saldo de R\$464,1 milhões, relacionado ao Imobilizado. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2019 e 2020:

**Tabela 3 - Imobilizado - Composição**

	R\$ Milhões		
Imobilizado	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
<b>Bens Móveis</b>	<b>67,10</b>	<b>65,45</b>	<b>2,52%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	167,18	156,40	6,89%
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Móveis	(100,08)	(91,00)	9,98%
<b>Bens Imóveis</b>	<b>396,99</b>	<b>395,70</b>	<b>0,33%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	468,86	469,50	-0,14%
(-) Depreciação/Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(71,87)	(73,80)	-2,62%
<b>Total</b>	<b>464,09</b>	<b>461,15</b>	<b>0,64%</b>

Fonte: SIAFI

### Bens móveis

Os bens móveis do TSE em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$67,1 milhões, distribuídos da seguinte forma:

**Tabela 4 - Bens Móveis - Composição**

	R\$ Milhões		
Bens Móveis	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7,75	7,54	2,79%
Bens de Informática	128,33	117,28	9,43%
Móveis e Utensílios	19,27	19,27	0,03%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	7,48	7,28	2,69%
Veículos	3,00	2,93	2,16%
Bens Móveis em Almoxarifado	1,12	1,88	-40,53%
Demais Bens Móveis	0,23	0,22	2,52%
Depreciação/Amortização Acumulada	(100,08)	(90,96)	10,03%
<b>Total</b>	<b>67,1</b>	<b>65,5</b>	<b>2,4%</b>

Fonte: SIAFI

A Tabela 4 demonstra que, dos bens móveis registrados no TSE, aproximadamente 76,76% (excluídos os valores referentes à depreciação) referem-se a bens de tecnologia da informação ou bens de informática, principalmente àqueles que fornecem suporte às atividades relacionadas às eleições.

### Bens imóveis

Os bens imóveis da União registrados no TSE, em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R\$396,99 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir.

**Tabela 5 - Bens Imóveis - Composição**

	R\$ Milhões		
Bens Imóveis	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Bens de Uso Especial	395,96	395,96	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	-	5,61	-100,00%
Instalações	72,90	66,96	8,86%
Demais Bens Imóveis	-	0,95	-100,00%
Depreciação/Amortização Acumulada	(71,87)	(73,75)	-2,56%
<b>Total</b>	<b>397,0</b>	<b>395,7</b>	<b>0,3%</b>

Fonte: SIAFI

A redução de 100% na conta de Bens Imóveis em Andamento deve-se a ajustes de reclassificação de saldo para a conta Instalações. Já na conta Demais Bens Imóveis, o valor refere-se a ajuste de baixa de saldo, em atendimento à Orientação SOF/TSE nº 03/2020, que trata dos procedimentos para o encerramento do exercício, convergindo aos padrões de melhor transparência e adequação dos grupos de contas nos moldes do *Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público – 8ª edição*.

De acordo com a Tabela 5, os bens de uso especial correspondem a 84,45% (excluídos os valores referentes à depreciação) de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do TSE, permanecendo o montante de R\$396,99 milhões.

Os bens de uso especial do patrimônio imobiliário registrados na JE apresentam a seguinte composição:

**Tabela 6 - Bens de Uso Especial - Composição**

	R\$ Milhões		
Bens de Uso Especial	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Edifícios (Sede do TSE - DF)	389,68	389,68	-
Museus/Palácios (Centro Cultural da JE - RJ)	6,28	6,28	-
<b>Total</b>	<b>395,96</b>	<b>395,96</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI

**5 – DEPRECIAÇÃO** – compreende o decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsolescência e a utilidade desse bem à entidade.

O TSE registra a depreciação de bens em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, com as orientações contidas na *Macrofunção Siafi 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações*, emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e, por fim, com orientações internas.

A metodologia de cálculo da depreciação adotada foi a das quotas constantes, também conhecida como depreciação linear. A vida útil econômica e o valor residual utilizados para os bens do TSE foram aqueles constantes da tabela do Manual Siafi (as taxas de depreciação foram calculadas dividindo-se o valor depreciável do bem pela sua vida útil, obtendo-se a taxa anual de depreciação daquele bem) com exceção das urnas eletrônicas, classificadas como equipamento de processamento de dados, mas que possuem vida útil distinta daquela prevista na tabela da Macrofunção Siafi, visto que são bens singulares na JE e possuem vida útil estimada de 10 anos, conforme estudo técnico realizado por equipe do Tribunal.

No exercício de 2020, a depreciação acumulada no Balanço Patrimonial ficou em R\$100,08 milhões para bens móveis e R\$71,87 milhões para bens imóveis. A Depreciação Acumulada de Bens Móveis teve acréscimo de 10,03% em relação ao final do exercício de 2019; para os bens imóveis, houve decréscimo de 2,56% devido ao ajuste contábil (em janeiro de 2020) de valores registrados em duplicidade no exercício de 2019. Para o exercício de 2020, o impacto no resultado patrimonial, como variação patrimonial diminutiva, foi de R\$22,1 milhões, dividindo-se em R\$17,2 milhões como depreciação de bens móveis e R\$4,9 milhões como depreciação de bens imóveis do TSE.

**6 – INTANGÍVEL** – compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Em 31 de dezembro de 2020, o TSE apresentou saldo de R\$211,2 milhões relacionados ao Intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2020.

**Tabela 7 - Intangível - Composição**

	R\$ Milhões		
Intangível	31/12/2020	31/12/2019	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	210,63	146,60	43,68%
Software com Vida Útil Indefinida	0,62	0,60	-
Amortização Acumulada	-	-	-
<b>Total</b>	<b>211,25</b>	<b>147,20</b>	<b>43,51%</b>

Fonte: SIAFI

No intangível, o saldo na conta Software com Vida Útil Definida foi gerado automaticamente quando da criação desse desdobramento pela Secretaria do Tesouro Nacional, o que representa no momento o percentual de 99,5% do grupo. No entanto, o saldo será reclassificado à medida que os softwares sejam catalogados de acordo com as características e parâmetro de cada um com a finalidade de implantar o procedimento contábil da amortização do Ativo Intangível. Para isso o sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e amortização correspondente. O sistema está concluído e a fase de implantação na Justiça Eleitoral, que se iniciou em 2020, deve ocorrer de forma gradativa em 2021, haja vista a necessidade de mapear cada software para o cadastramento no sistema de patrimônio com o ajuste correspondente no Sistema SIAFI.

Nota-se um aumento na conta de *Software* com Vida Útil Definida entre os exercícios de 2019 a 2020. Essa variação positiva de 43,72% deve-se à aquisição e atualização de novos *softwares* capazes de melhorar a segurança e a confiabilidade nas eleições, bem como de *softwares* de criptografia e infraestrutura para o suporte de trabalhos remotos e não presenciais durante o exercício de 2020.

**7 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR** – compreendem as obrigações referentes a salários e remunerações, inclusive os benefícios aos quais os servidores e empregados têm direito, como aposentadorias, reformas, pensões, encargos e benefícios assistenciais, bem como os precatórios decorrentes dessas obrigações. Essas obrigações como as Demais Obrigações a Curto Prazo da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos,

quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Para o TSE, essa conta encerrou com saldo de R\$20,29 milhões, um acréscimo de 144,44% em relação ao montante encerrado no exercício de 2019. As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar são valores apropriados aos moldes do estipulado pelo regime de competência, consoante o Sistema de Folha de Pagamento da SGRH da JE, o Acórdão nº 1.322/2018 do TCU-Plenário e os novos procedimentos da Secretaria do Tesouro Nacional (*Macrofunção Siafi 021142 – Folha de Pagamento*), bem como a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

**8 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO** – na JE, para o final do exercício de 2020, a conta Demais Obrigações a Curto Prazo encerrou com saldo de R\$22,7 milhões, explicado, principalmente, pelo registro de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de TED em que os gastos ainda se encontram na situação de “a comprovar” no encerramento do exercício de 2020.

O acréscimo de 165,55% para essa conta em relação ao final do exercício de 2019 deve-se, principalmente, ao TED nº 5, celebrado em 11 de dezembro de 2019, entre o Ministério da Economia (ME) e o TSE, em que os valores recebidos no exercício de 2020, com a descentralização de crédito no valor de R\$20 milhões, têm como finalidade a implementação do Programa de Identificação Civil Nacional (ICN), que ainda se encontra na fase de “a comprovar”. Esse TED providenciará a disponibilização de franquias de serviço de conferência de dados biográficos e biométricos ao ME, para validação de informações em processos geridos pelo governo federal.

Para essa conta, soma-se também o saldo a comprovar do TED nº 1/2020, no valor de R\$1.975.922,73, firmado entre o TSE e a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME, destinado à expansão do programa da ICN, referente ao TED nº 5/2019.

Por fim, acrescenta-se o valor de R\$750.000,00, recebido em 2020 com a finalidade de implementação de melhorias funcionais para a Versão 2.1 do Processo

Judicial Eletrônico (PJe), de acordo com condições e especificações constantes do plano de trabalho de TED celebrado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**9 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS** – no quadro de Compensações do Balanço Patrimonial, registra-se, em 2020, o aumento percentual de 77,9%, decorrente de formalização de contratos para produção e fornecimento de urnas eletrônicas modelo UE2020 – em virtude da obsolescência de urnas dos modelos de 2006 e 2008 – e do crescimento vegetativo do eleitorado, bem como da necessidade de substituição de urnas do modelo 2009.

**10 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS RECEBIDAS** – este item apresentou, no balanço consolidado, saldo de R\$14,8 bilhões, justificado, principalmente, pelo recebimento de recursos financeiros pela SOF/TSE (Setorial Financeira) no montante de R\$9 bilhões, com o objetivo de sub-repassar os recursos aos TREs e ao TSE (administração e Fundo Partidário), com vistas ao atendimento das despesas com as atividades da JE.

Destaca-se que houve variação positiva de 55,47% em relação ao ano de 2019, em função do recebimento dos recursos relacionados à realização de eleições, bem como de recursos recebidos e distribuídos aos partidos políticos em anos eleitorais, referentes ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), instituído pela Lei nº 13.487/2017.

**11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS** – o saldo de R\$138,80 milhões, com variação percentual de 127,77% em relação ao ano anterior, é resultante da aquisição de módulos de segurança criptográfica, lacres para urnas eletrônicas, formulários Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE) e envelopes para cartão de memória para as Eleições 2020. Destaca-se o registro do adiantamento de recursos financeiros decorrente da transferência formalizada por meio de TED com o Ministério da Defesa para apoio logístico e garantia da lei e da ordem nas eleições de 2020.

**12 – GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS** – a variação positiva de 267,01% perfaz o montante de R\$2 bilhões, o qual se refere, em quase sua totalidade,

à baixa de passivo pela comprovação do recebimento de recursos do TED do FEFC para o TSE referente ao pleito eleitoral de 2020.

**13 – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS CONCEDIDAS** – no demonstrativo consolidado, este item apresentou o valor de R\$10,6 bilhões. Desse valor, R\$10,4 bilhões referem-se a sub-repasse de recursos concedidos pela SOF/TSE (Setorial Financeira) aos órgãos integrantes da JE para pagamento de despesas obrigatórias e discricionárias, somados aos valores relativos à realização das Eleições 2020, ao Fundo Partidário e ao FEFC. A Tabela 8 apresenta os valores sub-repassados detalhados por fonte de recursos.

**Tabela 8 – Transferências Intragovernamentais por Fonte de Recursos**

		R\$ Milhões
Fonte	Descrição	Total
0100	Recursos Ordinários	7.094,07
0127	Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	133,33
0144	Títulos de Respons. Tesouro - Outras Aplicações	1.765,20
0151	Recursos livres da Seguridade Social	137,73
0156	Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor	550,82
0169	Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	525,86
0174	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	101,51
0300	Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	96,07
<b>Total</b>		<b>10.404,59</b>

Fonte: SIAFI

**14 – TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS** – esta conta apresenta o valor consolidado de R\$2,99 bilhões no exercício de 2020, com variação positiva de 222,71% em relação a 2019. Essa variação é explicada pela distribuição do FEFC em anos eleitorais, no valor de R\$2 bilhões. O restante do valor refere-se à distribuição do Fundo Partidário, no valor R\$959,01 milhões.

As distribuições dos recursos do Fundo Partidário e do FEFC, no exercício de 2020, aos partidos políticos podem ser consultadas nos endereços eletrônicos <http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario> e

<https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/fundo-especial-de-financiamento-de-campanha>, respectivamente.

**15 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS** – a variação positiva de 2.132,18%, perfazendo o montante de R\$4,21 milhões, refere-se ao aumento das transferências de bens entre o TSE e os TREs, principalmente de urnas eletrônicas e de materiais para a realização das eleições municipais de 2020.

**16 – INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS** – neste item houve variação positiva de 22.081,13%, no montante de R\$2 bilhões, referente, principalmente, à incorporação de passivos “a comprovar” do TED do FEFC.

Cabe destacar que houve incorporação de passivos de compras centralizadas pelo TSE e entregas diretamente aos TREs, relativos à aquisição de lacres e envelopes de segurança para urnas eletrônicas, fornecidos pela Casa da Moeda do Brasil, e de formulários RJE.

**17 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES** – o valor total de R\$117,5 milhões da previsão de arrecadação de receitas para o TSE refere-se às multas do Código Eleitoral e leis conexas com destino ao Fundo Partidário. As receitas realizadas no Balanço Orçamentário totalizaram R\$89 milhões, restando o saldo de R\$28,5 milhões a realizar. No entanto, ao apurar a arrecadação total das receitas destinadas ao Fundo Partidário, verificou-se a realização de R\$120,6 milhões, conforme tabela a seguir. Observa-se que as multas eleitorais inscritas em dívida ativa foram registradas na Setorial Orçamentária e Financeira do ME, órgão responsável pela arrecadação dessas receitas. Dessa forma, para o exercício de 2020, obteve-se um *superavit* de R\$3,1 milhões, o que representa 2,6% da previsão estabelecida para o exercício. Com a pandemia da Covid-19, cabe destacar que essa arrecadação só foi atingida em decorrência do pagamento de multa aplicada a pessoa jurídica por doação acima do limite (art. 81, § 3º, da Lei nº 9.504/1997), recolhida na Unidade Gestora do TRE/BA, em uma única Guia de Recolhimento da União (GRU), no valor de R\$46,4 milhões.

**Tabela 9 – Arrecadação de Multas do Código Eleitoral e L. Conexas– Por UG e Cód. Receita**

Unidade Gestora	Natureza da receita	R\$ Milhões	
		31/12/2020	31/12/2019
Secretária de Orçamento e Finanças do TSE	19100111 - Mul. de Legisl. Específica - Principal	88,93	70,96
	19100112 - Mul. de Legisl. Específica - Multas e Juros	0,05	0,05
Setorial Orçamentária e Financeira - ME	19100113 - Mul. de Legisl. Específica - Dív. Ativa	27,30	30,16
	19100114 - Mul. de Legisl. Específica - D. At - Mult. e Juros	4,28	4,13
<b>Total</b>		<b>120,56</b>	<b>105,31</b>

Fonte: SIAFI

**18 – DEFICIT** – este resultado apresenta a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas com finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. As despesas do TSE são custeadas pelas dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2020, cujas fontes de recursos (receitas) são disponibilizadas pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, os R\$4,2 bilhões não representam uma frustração de receita ou excesso de gastos realizados pelo Tribunal.

**19 – DESPESAS CORRENTES – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS** – para este grupo de natureza da despesa, verifica-se redução de 18,3% da Dotação Inicial para Atualizada, que pode ser explicada pelo papel de Unidade Setorial Orçamentária exercido pelo TSE na JE. Na LOA do TSE, são consignadas dotações que são posteriormente remanejadas aos tribunais eleitorais, observados os limites e os procedimentos estabelecidos em normas orçamentárias. Essas dotações, em 2020, foram destinadas principalmente à progressão/promoção e ao provimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionados. Na ação orçamentária utilizada para pagamento de Ativos Civis da União (20TP), foram remanejados, no decorrer do exercício financeiro de 2020, R\$104,1 milhões para viabilizar a implementação das despesas supramencionadas na JE. Ainda foi remanejado o valor de R\$9 milhões para o atendimento de despesas discricionárias. Da ação destinada ao pagamento da Contribuição Previdenciária da União para o PSSS (09HB), foram remanejados R\$11,2 milhões, tendo ocorrido também a suplementação direta aos tribunais eleitorais pelo Poder Executivo, conforme Portaria Fazenda/ME nº 22.312, de 13 de outubro de 2020, em razão da majoração da alíquota de contribuição previdenciária instituída pela Emenda Constitucional nº 103/2019, com efeitos a contar de 1º de março de 2020, cujo impacto não foi incluído nos valores consignados a esta Justiça Especializada quando da elaboração da LOA/2020.

Já na ação de Pleitos Eleitorais, dos recursos inicialmente alocados na LOA do TSE, R\$254,05 milhões foram descentralizados aos tribunais eleitorais com a finalidade de atender às despesas com pessoal e encargos sociais envolvidas na realização das Eleições Municipais 2020, eleições suplementares ocorridas em 2020 e despesas diversas, caracterizadas em geral como acertos de folha do exercício e de anos anteriores. Ainda foram remanejados R\$32 milhões para o atendimento de despesas discricionárias.

Nota-se também um saldo de Dotação no valor de R\$286,14 milhões, que representa 46,1% da dotação atualizada do TSE. Desse saldo, R\$254,05 milhões referem-se aos recursos descentralizados aos tribunais eleitorais na ação orçamentária Pleitos Eleitorais; R\$18,7 milhões referem-se aos recursos de pleitos eleitorais que permaneceram alocados na Unidade Setorial para atendimento de eventuais despesas de caráter extraordinário envolvendo as Eleições Municipais 2020 que viessem a ocorrer até o encerramento do exercício; R\$12,39 milhões referem-se ao saldo que permaneceu alocado na Unidade Setorial nas ações orçamentárias de Aposentadorias e Pensões Civis da União (0181), Contribuição Previdenciária da União para o PSSS (09HB) e Ativos Civis da União (20TP), também destinados ao eventual atendimento de despesas ordinárias de folhas a ocorrer até o encerramento do exercício de 2020 não previstas pelos tribunais eleitorais, e o valor de R\$1 milhão na ação Reserva de Contingência Fiscal Primária (0Z01), destinado ao projeto de lei do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em tramitação no Congresso Nacional.

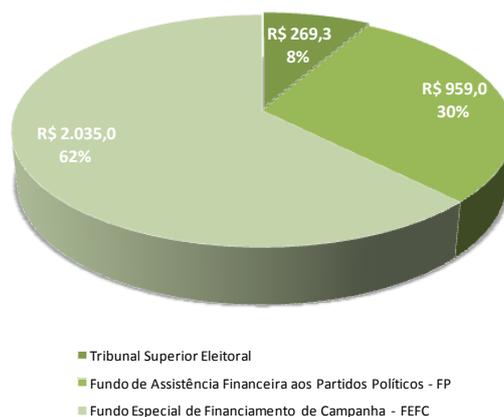
Cabe relatar que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal do TSE, referente ao 3º quadrimestre de 2020, pode ser acessado no endereço eletrônico <https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contas-publicas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-do-tse-2020>.

Registra-se que, em decorrência da pandemia da Covid-19, houve redução da Receita Corrente Líquida em 14,8% (R\$113,2 bilhões) em comparação ao valor divulgado no 2º quadrimestre de 2020, o que fez o TSE ultrapassar o Limite de Alerta em R\$8,7 milhões. Esse limite serve para que o TCU alerte o órgão, sem impor restrições a ele. Relata-se ainda que as medidas estabelecidas no art. 8º da Lei

Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2, serão seguidas até o final de 2021.

**20 – DESPESAS CORRENTES – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** – o saldo negativo da dotação no valor de R\$1,6 bilhão, na linha Outras Despesas Correntes, demonstra que houve uma execução maior do que a Dotação Atualizada para essa categoria de despesa. Com isso, a despesa empenhada atingiu o percentual de 195,1% da Dotação Inicial Atualizada. Esse percentual acima da dotação do órgão é decorrente de créditos orçamentários recebidos por descentralização, em especial o valor de R\$2 bilhões recebido por meio de TED do FEFC. O Gráfico 2 apresenta a distribuição da despesa empenhada para o TSE e para o Fundo Partidário e o FEFC no exercício de 2020.

**Gráfico 2 - Despesa Empenhada - TSE e Fundos**



**21 – DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS** – para este grupo, o saldo da dotação atualizada foi de R\$682,1 milhões, o que representa acréscimo de 113,6% à dotação inicial. A maior parte do valor, perto de R\$633,5 milhões, será utilizada em contratos para produção e fornecimento de urnas eletrônicas modelo UE2020, visto que a licitação para compra de novas urnas em 2019 não obteve êxito, uma vez que as propostas técnicas das duas participantes foram desclassificadas na época. Outro destaque foi o alto índice de execução (99,7% de despesas empenhadas), que está relacionado aos remanejamentos efetuados entre os órgãos da JE para aproveitamento máximo do orçamento de 2020.

**22 – RESTOS A PAGAR** – no Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados, do saldo total de R\$57,3 milhões referente aos inscritos em 31 de

dezembro de 2019, R\$41,4 milhões são provenientes da UG 070001 (SAD/TSE) e R\$15,9 milhões da UG 070058 (Fundo Partidário). Do total dos empenhos inscritos, 83,7% foram pagos e 3,7% foram cancelados. O saldo remanescente não liquidado foi de R\$7 milhões, que concorrerá com o limite de pagamento para o próximo exercício, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016. A execução de Restos a Pagar (RP) pode ser consultada no item Restos a Pagar deste relatório, sob a ótica da execução ocorrida tanto na UG 070001 quanto em outras unidades gestoras (neste último caso, execuções de despesas discricionárias que integrem o orçamento do TSE).

Com relação ainda aos RP, cabe citar que a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre deverá conter o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos RP referente às despesas liquidadas, às empenhadas e às não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. O demonstrativo do TSE do 3º quadrimestre de 2020 pode ser consultado no endereço eletrônico <https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contas-publicas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-do-tse-2020>.